

Além da família: o perfil demo-econômico dos domicílios da freguesia de São José do Rio das Mortes em 1795.

CARLOS DE OLIVEIRA MALAQUIAS*

Os estudos dos arranjos domiciliares no Brasil escravista, via de regra, empregaram tipologias estabelecidas previamente e baseadas nas relações de parentesco que uniam os moradores. A mais usual é a dos tipos de famílias propostos por Peter Laslett nos anos 1970 (LASLETT: 1972). Segundo seus estudos sobre a família na Europa pré-capitalista, existiriam cinco formas fundamentais de organização das residências: as nucleares, formadas por uma família nuclear, as extensas, quando parentes ascendentes, descendentes ou colaterais habitam junto à família nuclear, as compostas, com a presença de mais de uma família, as residências sem família e as de solitários. Essa tipologia simples, baseada nas relações de parentesco dos moradores do domicílio revelou que as famílias nucleares predominavam na Europa pré-capitalista, ao invés das famílias extensas como se pensava. Além disso, o método Laslett ainda teve a conveniência de possibilitar a comparação com estudos de outros lugares e épocas. Como desvantagem, essa tipologia exige censos de boa qualidade na definição das relações entre os habitantes do domicílio, sendo que os membros das famílias devem estar claramente informados na fonte. Em função de se basear em relações maritais e biológicas, a tipologia Laslett foi criticada por Mitterauer e Sieder por se firmar numa ideia atual de família para explicar a lógica dos domicílios do passado. Segundo, os autores, a noção de domicílio do passado compreendia as funções de unidade de produção econômica e espaço de sociabilidade familiar e, portanto, poderiam envolver outros habitantes tão essenciais quanto a parentela para o sustento da unidade.²

No caso do Brasil, o estudo da constituição das famílias abriu a discussão sobre a extensão da família patriarcal. A revelação pelos censos antigos de que a maior parte dos domicílios era habitada por famílias nucleares, com especial destaque para as famílias chefiadas por mulheres que viviam sozinhas ou acompanhadas dos filhos, permitiu a crítica à

* Doutorando em História na UFMG. Bolsista da FAPEMIG.

² A crítica é desenvolvida em (MITTERAUER & SIEDER, 1982, p.25). Como considerou Laslett: “Michael Mitterauer e seus colegas de Viena descrevem o domicílio familiar em termos de uma constelação de funções: função procriativa, de trabalho, de parentesco etc. Para eles, uma tipologia (como a que elaboramos em 1972) é inadequada para seus fins e leva a equívocos sobre a compreensão do grupo doméstico. A crítica é pertinente”. (LASLETT, 1984, p.166).

visão patriarcal da família brasileira (CORRÊA: 1994).³ Embora a evidência demográfica não tenha se mostrado suficiente para resolver a questão do patriarcalismo, a constatação de que domicílios baseados na força de trabalho familiar, ou dependentes de escravos em pequena escala, eram predominantes no Brasil escravista abriu espaço para a retomada na historiografia do conceito de camponês/campesinato para caracterizar tais domicílios, ensejando uma nova seara de debate historiográfico.⁴ (FRAGOSO: 1998; MATTOS: 1994; MOTTA: 2001). Nesse âmbito, um dos grandes problemas é definir a partir de quantos escravos uma família deixa o estado de camponês e se torna uma unidade escravista.

Ao mesmo tempo, a existência nos domicílios brasileiros de pessoas não aparentadas ao chefe, como escravos, domésticos e agregados – cujo trabalho era importante para a inserção econômica do domicílio – exigiu adaptações na tipologia Laslett. Iraci del Nero da Costa e Maria Luísa Marcílio, por exemplo mantiveram, os tipos de família de Laslett diferenciando os domicílios com e sem escravos (COSTA: 1981; MARCÍLIO: 2000). Já Eni Samara criou uma nova tipologia de famílias considerando a presença de escravos e agregados (SAMARA: 1989). Recentemente, o demógrafo-historiador Mário Marcos Sampaio Rodarte propôs uma tipologia multifuncional de domicílios para a província de Minas Gerais na década de 1830 (RODARTE: 2012). Em linhas gerais, Rodarte avaliou para os mais de 84 mil domicílios mineiros declarados nas listas nominativas da década de 1830 um conjunto de 38 atributos sobre as características da chefia do domicílio, sua força de trabalho, seus atributos ocupacionais e de residência. Através do método estatístico Grade of Membership, os atributos pesquisados produziram quatro formas fundamentais de arranjos domiciliares usadas para classificar os fogos mineiros: (1) os domicílios de tipo camponês, compostos por uma família nuclear, sem a presença de escravos, fundamentado no trabalho da família, típico das regiões de baixo desenvolvimento econômico e dedicado à agricultura ou ao artesanato rural; (2) os domicílios de tipo escravista, estruturado a partir de um núcleo

³ Ver a abertura do debate em Mariza Corrêa (1994) e uma síntese das posições no artigo de Cacilda Machado (2006). Um ponto de vista interessante e que se aproxima deste exercício ao considerar o papel da força de trabalho extra familiar na configuração do fogo é o apresentado em Bert Barickman (2003b)

⁴ Para posições relativamente recentes do debate ver os trabalhos de João Fragoso (1998) e Hebe Mattos (1987), os quais defendem que famílias com posse de escravos, mas ainda dependentes do trabalho familiar possam ser consideradas famílias camponesas, e em contraposição Márcia Motta (2001), para quem o cativo não era apenas uma força de trabalho adicional, mas representava a riqueza maior do produtor escravista. Sínteses do debate sobre o conceito pode ser vista em Teodor Shanin (1980) e Gustavo Acioli Lopes (

familiar, mas com a capacidade produtiva reforçada por membros externos à família e, principalmente escravos, dedicado a atividades econômicas mais pujantes; (3) o domicílio autônomo, tipicamente urbano, de chefia feminina sem filhos e dedicado ao artesanato ou comércio; (4) o domicílio assalariado, de maior vulnerabilidade social, era composto por chefes idosos sem a presença dos filhos e dedicados à atividades rurais por jornal. Além desses tipos fundamentais, Rodarte ainda visualizou formas mistas, sendo as mais importantes os domicílios mistos de autônomo e escravista, composto por mulheres viúvas e proprietárias de escravos, os mistos de assalariado e autônomo, composto por funcionários públicos, militares, prestadores de services.

Esse texto pretende aplicar o método *Grade of Membership* para analisar os arranjos domiciliares da freguesia de São José do Rio das Mortes usando um censo paroquial datado de 1795. Localizada na Comarca do Rio das Mortes, a freguesia de São José compreendia um conjunto localidades rurais surgidas a partir da exploração mineral realizada na vila de São José em princípios do século XVIII. As demandas do abastecimento alimentar produziram vários distritos rurais que se espalhavam em direção a oeste, a partir das sesmarias distribuídas nas margens da antiga Picada de Goiás. Em fins do século XVIII, a mineração já não era a principal atividade da freguesia, convivendo com um pujante setor agropecuário que abastecia o centro da capitania de Minas Gerais. No ano de 1795 a Matriz local organizou uma contagem dos confessados da paróquia, anotando com muito critério os moradores de 1.723 domicílios e seus atributos de cor, condição, idade e parentesco. Infelizmente, os menores de sete anos, os quais ainda não tomavam o sacramento da comunhão, não foram arrolados. Também não foram disponibilizados dados sobre ocupação dos indivíduos e localização urbana ou rural dos domicílios. Porém, parentes consanguíneos, parentes rituais, agregados e escravos estão bem definidos, permitindo conhecer a organização e composição das unidades produtivas através das características de sua força de trabalho e a observação dos arranjos domiciliares da freguesia.

A aplicação do *Grade of Membership* (GoM)

O método estatístico denominado *Grade of Membership* (grau de pertencimento) é capaz de discernir os perfis mais distintos de um universo de indivíduos e, em seguida, avaliar

a proximidade de cada indivíduo a cada um dos perfis. Basicamente, elabora-se um “questionário” que avalia todas as características desejadas de cada domicílios. A partir do padrão das respostas ao grupo de atributos pesquisados é possível visualizar certo número de tipos particulares de arranjos domésticos, denominados perfis extremos (SAWYER: 2002, p.759). Assim, nesse método os perfis emergem dos casos analisados, ao invés de constituírem uma tipologia prévia. Num segundo momento, o GoM atribui um de grau de pertencimento de cada domicílio a cada um dos perfis extremos. Com grau de pertencimento um, o domicílio tem 100% de identificação ao perfil, ao passo que grau de pertencimento zero significa que o domicílio não tem nenhuma pertinência ao perfil. Contudo, podem ocorrer formas de pertencimento intermediárias, constituindo conjuntos de fogos que têm características de mais de um perfil – casos que são denominados perfis mistos.⁵

Aqui propomos a pesquisa de um conjunto de atributos dos domicílios adaptados às particularidades do nosso censo paroquial de 1795 e dedicada à análise dos laços parentais e da configuração da força de trabalho do fogo, o que resultou no seguinte conjunto de 20 variáveis:

- *características da chefia do domicílio*: sexo, grupo etário, cor, condição e estado conjugal;
- *características do cônjuge do chefe*: se coabita o domicílio, cor, diferença de idade;

⁵ A classificação dos fogos da freguesia a cada perfil foi realizada através do conceito de “predominância das características de um perfil”. (SAWYER, 2002, p.762) Nesse procedimento, considera-se que um fogo identifica-se a um perfil em três níveis: num primeiro nível de pertencimento (P1.k) se o grau de pertencimento ao perfil for de 100% de identidade; no segundo nível (P2.k) se o grau de pertencimento for superior a 70% de coincidência com as característica do perfil; e o terceiro nível (P3.k) se o grau de pertinência a um perfil for superior a 60%, mas a soma da pertinência a quaisquer outros dois perfis não exceder 30%. Formalizando, temos que,

- primeiro nível (P1.k), $g_{ik} = 1$;
- para o segundo (P2.k), $0,7 \leq g_{ik} < 1$;
- para o terceiro (P3.k), $0,6 \leq g_{i1} < 0,7 \cap g_{i2} + g_{i3} \leq 0,30, g_{i2} + g_{i3} \leq 0,30, g_{i3} + g_{i4} \leq 0,30$

Além desses tipos extremos, puderam-se perceber perfis intermediários – denominados *mistos* – que são aqueles que incluem características de mais de um perfil extremo. Os casos intermediários foram compreende os fogos que preenchem as seguintes condições: (1) domicílios que possuem grau de pertencimento entre 60 e 70% a um dos perfis e de 30 a 40% equivalentes a outro perfil - $(0,60 \leq g_{ix} \leq 0,70) \cap (0,30 \leq g_{iy} \leq 0,40)$; e (2) fogos com grau de pertencimento entre 40 e 50% a um perfil extremo e de 40 a 50% a outro - $(0,40 \leq g_{iy} \leq 0,50) \cap (0,40 \leq g_{ix} \leq 0,50)$. No primeiro caso se incluem os fogos que misturam características de um perfil com outro, mas há predominância do primeiro tipo (Misto com Predominância do perfil x sobre y - MP xy); já o segundo trata dos fogos com características compartilhadas de mais de um perfil, mas sem uma clara predominância de um ou de outro (Misto Sem Predominância de x e y - MSP xy).

- *características da força de trabalho*: no de pessoas aptas ao trabalho (com idade entre 10 a 60 anos), proporção de livres e escravos na força de trabalho, percentual de filhos do chefe na força de trabalho, percentual de parentes consanguíneos e não consanguíneos na força de trabalho, percentual de agregados na força de trabalho, cor dos membros livres do domicílio;
- *características dos escravos*: posse de escravos, tamanho da escravaria, percentual de escravos na força de trabalho, proporção de mulheres na força de trabalho escrava;
- *características da/s família/s no domicílio*: tipo de família segundo a metodologia Laslett.

Os perfis socioeconômicos de domicílios na freguesia de São José.

Os padrões de respostas dos domicílios da freguesia de São José ao questionário acima permitiram discernir os seguintes tipos básicos de arranjos domiciliares:

Tipo 01 – *familiar escravista*: domicílio grande, com mais de seis pessoas em idade ativa, incluindo indivíduos fora do núcleo familiar como agregados e parentes, força de trabalho baseada na escravidão, núcleo familiar composto pelo casal ou casal com filhos, chefe masculino, branco, livre, casado, entre 30 e 40 anos.

Tipo 02 – *base familiar*: fogo com 3 a 5 pessoas na força de trabalho, sem a presença de escravos, com dependência fundamental do trabalho do chefe do fogo e sua esposa, núcleo familiar composto pelo casal ou casal com filhos, chefiado por um homem pardo, livre ou forro, casado, entre 30 e 40 anos.

Tipo 03 – *escravista em desintegração*: domicílio baseado no trabalho escravo, chefiado por mulher branca acima de 50 anos viúva ou mulher negra solteira, núcleo familiar monoparental ou sem núcleo (fogo solitário ou sem família), podia incluir filhos, parentes ou agregados reforçando a força de trabalho;

Tipo 04 – *autônomo*: domicílio sem um núcleo familiar completo, de chefe jovem (até 29 anos), negro, forro ou quartado, solteiro ou viúvo, composto por uma ou duas pessoas em idade ativa, podendo o outro morador livre ser um filho, parente ou agregado do chefe.

Deve-se destacar duas características sobre esses tipos de arranjos domiciliares. Em primeiro lugar, ele responde aos atributos que pesquisamos e, portanto, são baseados nas

características familiares e produtivas do fogo. Se pesquisássemos outras características dos domicílios, a tipologia poderia ser diferente. Em segundo lugar, existe a possibilidade de um domicílio apresentar características de mais de um perfil simultaneamente, configurando os perfis mistos.

O pertencimento dos domicílios aos perfis discernidos na freguesia de São José em 1795 pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 1 - Pertencimento dos fogos da freguesia de São José do Rio das Mortes aos perfis de arranjo domiciliar

Perfis GoM	N	%
Total	1723	100
<i>Perfis puros</i>	1472	85,5
1. escravista	377	21,9
2. base familiar	240	14,0
3. escravista em desintegração	359	20,8
4. autônomo	496	28,8
<i>Perfis mistos</i>	213	12,4
misto de 1 e 2	95	5,5
misto de 1 e 4	44	2,6
misto de 2 e 4	74	4,3
<i>Amorfos (sem forma)</i>	38	2,2

Fonte: Rol dos Confessados de 1795

Os perfis puros compreendem os domicílios que têm mais de 60% de suas características coincidentes com um dos quatro perfis básicos acima discernidos. Percebe-se que os perfis puros compreendem 85,5% dos fogos da freguesia. Nesse conjunto, os fogos comandados por um chefe viúvo ou solteiro que sustentava o trabalho do domicílio sozinho ou com o auxílio de um outro membro livre, eram a maior parte dos fogos da freguesia, 28,8%. Esses domicílios sem escravos incluíam homens livres solteiros, mulheres solteiras com filhos, escravos em processos de quitação e muitos forros sem família. Em segundo lugar, os fogos comandados por um casal ou casal seguidos de filhos, mas que tinham na força de trabalho escrava seu principal arrimo, incluíam 21,9% dos domicílios. Em geral, os fogos dessa categoria estavam em maior segurança econômica, pois contavam com o trabalho de seus membros livres e escravos. Incluíam os pequenos e grandes senhores escravistas, mostrando que se a posse de escravos era um fator bastante distintivo, o tamanho do plantel não era. Em seguida aparecem os fogos escravistas em desintegração, em geral comandados por uma mulher viúva de idade avançada acompanhada por filhos, parentes ou agregados, ou sozinha, embora o cerne da força de trabalho fossem seus escravos. Esse tipo de fogo representava a evolução dos fogos escravistas, com a desintegração do grupo familiar a partir da viuvez e do casamento dos filhos. Finalmente, incluindo apenas 14,0% dos domicílios

aparece o perfil de base familiar, aquele em que um casal ou casal com filhos jovens era a base do trabalho. Esse tipo de domicílio, mais próximo à família nuclear visualizada por Laslett na Europa foi, na paróquia de São José, menos difundido do que os tipos escravistas.

Os demais domicílios têm pertencimento simultâneo a mais de um perfil e abarcam apenas 12,4% dos fogos. Os fogos *misto de escravistas e base familiar* compreendem apenas 5,5% dos domicílios da freguesia e são constituídos por um casal com filhos em idade ativa que são a base da força de trabalho. Embora apresentem a posse de um ou dois escravos, estes não estão em idade ativa, sendo ainda crianças de menos de dez anos ou idosos com mais de sessenta. Os fogos *misto de escravista e autônomo* abarcam os casos em que um chefe de domicílio viúvo comanda seu fogo com base na mão-de-obra dos filhos ou outros parentes e de alguns escravos. Por fim, o tipo *misto de base familiar e autônomo* são domicílios monoparentais, isto é, apenas com uma mãe ou pai e seus filhos, que formam a maior parte da força de trabalho.

Os casos definidos como amorfos compreendem os domicílios cujas características não se aproximaram de nenhum tipo puro ou misto. Como os tipos puros abarcam a maioria dos fogos, a tipologia discernida por meio do GoM pode ser considerada bem representativa da diversidade dos arranjos domiciliares da freguesia. As implicações dessa tipologia são analisadas na seção seguinte.

Casamento, chefia de fogo e posse de escravos

Ao iniciar esse exercício aguardávamos discernir perfis de arranjos domiciliares para a freguesia de São José em 1795 bem diferenciados daqueles visualizados por Rodarte em sua pesquisa sobre a província de Minas Gerais na década de 1830.

Vários fatores poderiam provocar tais diferenças. Na âmbito metodológico, os atributos que pesquisamos foram outros, pois as fontes guardavam possibilidades e limitações diferentes. Diferentemente da base documental explorada por Rodarte, o Rol dos Confessados não traz informações sobre ocupação, mas apresenta as relações de parentesco entre os membros do fogo. Outra diferença é que o nosso universo de análise é menor e não pudemos explorar as características de localização dos domicílios (área urbana ou rural, de alto ou baixo desenvolvimento). No âmbito histórico, quatro décadas separam o momento de nosso

estudo e o de Rodarte. Entre fins do século XVIII e a década de 1830 houve uma mudança socioeconômica em São José que compreendeu o crescimento moderado da população, em relação ao aumento populacional da Comarca do Rio das Mortes; o definhamento da área urbana da vila de São José, que perdeu população e foi ultrapassada por seus distritos ocidentais; a participação no tráfico de escravos a partir de 1810 e concentração da propriedade mancipia (MALAQUIAS: 2010, pp.73-76).

Entretanto, nossos perfis *escravista*, de *base familiar* e *autônomo* correspondem com grande proximidade, respectivamente, aos tipos *escravista*, *camponês* e *autônomo* do estudo de Rodarte. A grande diferença foi a distinção, para São José de um segundo perfil *escravista*. O perfil *escravista em desintegração* definido a partir do Rol, trata de uma parcela significativa dos proprietários de escravos composta por mulheres solteiras ou viúvas, sendo as primeiras, casos bem sucedidos de poupança e trabalho, enquanto as segundas eram mulheres que controlavam a herança familiar. Em qualquer caso, em geral essas mulheres viviam sozinhas ou com filhos, mas tinham nos seus escravos a força de trabalho que sustentava a casa, ou, pelo menos, fazia parte do trabalho – já que não se pode desconsiderar que, em fogos pequenos, livres e escravos compartilhassem afazeres. Na freguesia, no final do século XVIII muitos domicílios foram capazes de ampliar sua força de trabalhado recorrendo à escravidão. Quase metade (48,72%) das 10.919 pessoas relacionadas no Rol dos Confessados eram escravos. Essa mão de obra estava presente em um de cada dois fogos da freguesia. Trata-se de uma proporção alta de escravos a indicar dinamismo econômico e elevada dispersão da posse de cativos.

Dos perfis que discernimos no Rol dos Confessados de 1795 pode-se afirmar que traduzem duas condições distintas de vida familiar e riqueza: de um lado pessoas solteiras, especialmente mulheres, que governam sozinhas seus fogos com e sem escravos, de outro, domicílios chefiados por um casal, com e sem escravos. Fossem comandados por homens ou mulheres, os perfis 3 e 4 coincidem no fato de que seus chefes respondiam sozinhos pelo fogo, pois são solteiros ou viúvos; a diferença marcante entre esses perfis é a presença de mão-de-obra escrava (que aparece no perfil 3) complementando a força de trabalho de fogos que não se estruturavam sobre uma família nuclear.

A tabela a seguir mostra como o estado conjugal, o gênero do chefe e a posse de escravos se conjugavam nos fogos de São José em 1795 e 1831:

Tabela 2 - Gênero, estado conjugal e posse de escravos entre chefes de fogos da freguesia de São José

Estado Marital do Chefe	<i>fogo sem escravos</i>		<i>fogos c/ escravos</i>	
	Chefia do fogo		Chefia do fogo	
	masc.	fem.	masc.	fem.
s/i	0,20%	0,30%	1,20%	4,00%
solteiro	39,00%	62,30%	23,40%	32,70%
casado	57,80%	12,30%	70,30%	9,00%
viúvo	3,00%	25,00%	5,00%	54,30%

Fontes: Rol dos Confessados de 1795.

No final do século XVIII as mulheres que chefiavam o fogo eram predominantemente solteiras nos fogos sem escravos e viúvas naqueles com essa propriedade. As mulheres que chefiavam fogos com escravos, em sua maioria, são herdeiras de toda uma trajetória de acumulação de um casal, logo, tendem a ser mais velhas, porém economicamente mais seguras do que suas congêneres solteiras. Os homens, por sua vez, chefiavam fogos principalmente no estado de casados, mas essa característica é mais evidente quando o fogo tem escravos.

O casamento não era uma condição inescapável para a constituição de uma unidade doméstica. Todavia, verificamos que em 1795 em torno de 60% dos chefes de fogo eram casados ou viúvos o que aponta, como mostra a historiografia pertinente ao tema, que, via de regra, o casamento fundava uma nova família como unidade fundamental de trabalho, produção e organização da sociedade civil. De acordo com François Lebrun, na Europa pré-industrial o matrimônio era ao mesmo tempo uma instituição religiosa que regulava as atitudes sexuais e a procriação, e também uma instituição civil que unia patrimônios e transmitia a propriedade (LEBRUN: 1984, p.171). Para o autor, mais do que indivíduos, o casamento tratava de “aproximar interesses materiais de duas famílias, de fundar um novo lar suscetível de continuar uma linhagem e de assumir um patrimônio” (idem, p.175). Carregadas desses significados, as escolhas matrimoniais eram dirigidas pela busca de um par *a altura*, no sentido ideal de unir pessoas com qualidade e riqueza semelhante. Assim, os casamentos traduziam relações horizontais, isto é, era um laço que unia iguais (BACELLAR: 1997; BRÜGGER: 2006). As implicações imediatas dessa constatação são que a esmagadora

maioria dos casais tinha a mesma cor e condição, o que ocorria em 80% dos casos em 1795. Além disso, os cônjuges eram de padrões de riqueza semelhantes e, muitas vezes, moradores da mesma vizinhança (MALAQUIAS: 2010, pp.131-135). Graças aos condicionamentos impostos pela procura de um par, o mercado matrimonial era restrito, o casamento religioso não era acessível a todos e, para aqueles que conseguiam, a instituição acabava reproduzindo a situação social de origem das pessoas.

Entretanto, o casamento encaminhava uma estrutura domiciliar típica. Em grande parte isso era resultado dos eventos demográficos conseqüentes ao casamento, sobretudo o nascimento de filhos. Mas há outros aspectos importantes. Para a população pobre o casamento tinha como significados mínimos: a reunião das condições básicas para a sobrevivência no mundo rural, isto é, a constituição de uma unidade doméstica com sua divisão primária do trabalho entre o homem e a mulher; a aceitação dos migrantes pela comunidade local; a ampliação dos laços de parentela com a agregação de genros, sogros etc.; o acesso à terra e a estabilidade num mundo em que a migração era sempre uma alternativa (FARIA: 1998, pp.63-66; MATOS: 1998, pp.41-42).

Da mesma forma, a posse de um escravo engendrava características e sentidos que conformavam perfis distintos de fogos. Nesse aspecto particular, é interessante observar que o *Grade of Membership* não distinguiu os fogos escravistas segundo padrões de propriedade escrava, tanto no nosso exercícios, como na pesquisa de Rodarte. O perfil escravista envolve fogos que possuem planteis de todas as escalas. É o caso aqui de considerarmos que a posse de um só desses trabalhadores provocava mudanças demográficas e de outras ordens nos arranjos domiciliares de modo que um fogo com poucos escravos seja mais parecido com um domicílio de grande escravista do que com uma unidade sem cativos. Vale citar Alida C. Metcalf para quem a família camponesa definir-se-ia pela ausência de escravos e pelo trabalho familiar (METCAL: 1990). Segundo ela, era devido à falta de recursos que as estratégias de reprodução social dos grupos camponeses compreendiam alternativas como diminuição do tamanho do domicílio, a migração dos membros masculinos e a mudança das famílias chefiadas por mulheres para os centros urbanos. A posse de escravos, ao contrário assinala uma produção de excedente mais robusta e inserção regular no mercado conformando uma situação de menor vulnerabilidade econômica.

Além disso, haveria outros sentidos ligados à posse de escravos. Como mostra Bert Berickman em estudo sobre a produção de fumo e mandioca no recôncavo baiano, a posse de dois ou três escravos dificilmente libertava um lavrador e sua família do trabalho em casa e na roça; no máximo reduzia as horas de trabalho e permitia que os membros da família evitassem os serviços mais pesados, de modo que os roceiros que tinham poucos escravos levavam uma vida muito parecida com a de seus vizinhos sem nenhum. Por outro lado, a posse de cativos criava entre esses pequenos senhores e os grandes escravistas um vínculo baseado no interesse comum de perpetuação da escravidão como regime de trabalho (BARICKMAN: 2003b, pp.251-252 e p.309).

Por fim, vale considerar que na freguesia de São José a proporção de domicílios baseados no trabalho familiar era baixa, diferente do que Rodarte visualizou para o espaço da província na década de 1830, na qual que perfaziam 24,3% dos fogos. Tais domicílios tendiam a ser mais frequentes em regiões de ocupação recente, de desenvolvimento demográfico moderado a alto, mas baixo desenvolvimento econômico. Acreditamos que os fogos que se encaixavam no perfil de *base familiar* eram menos representados nas regiões de ocupação antiga e alto desenvolvimento, na freguesia de S. José em particular, sendo, pelo contrário, mais comuns em áreas de recursos abertos e abundantes, mas baixa mercantilização.

A presença de terras disponíveis exigia braços para a produção e essa demanda era sustentada pela família nuclear, normalmente grande. Ao mesmo tempo, a fertilidade de terras pouco exploradas e a disponibilidade de recursos como madeira e caça teriam facilitado a sobrevivência em níveis modestos, dispensando mão de obra adicional extra-familiar, como escravos. Historicamente, no Brasil, a ocupação de áreas de fronteira foi feita por indivíduos pobres que empreenderam esse tipo de produção familiar. Como notam Sheila Faria e Márcia Motta em diferentes momentos da capitania fluminense, as freguesias mais embrenhadas na Mata Atlântica eram habitadas principalmente por produtores pobres, responsáveis por abrir a região e limpar as terras. Num segundo momento, e dependendo das oportunidades do mercado, pessoas mais abastadas dirigiam-se para esses lugares e, dada sua influencia junto ao Estado, conseguiam sesmarias e fatalmente desalojavam a população primitiva (FARIA: 1998, pp.125-128; MOTTA: 1998, cap.01). É possível que Minas Gerais tenha experimentado

o mesmo padrão de ocupação de terras o que explicaria a maior presença de fogos chefiados por pardos, estruturados em núcleos familiares e dedicados à agropecuária, visualizados por Rodarte nas frentes de expansão da província na década de 1830, enquanto nas regiões de população consolidada esses fogos fossem pouco presentes (RODARTE: 2012, p.251).

Considerações finais

Nas condições apresentadas pela freguesia em 1795, formas domiciliares sem uma família completa ou que lançavam mão de força de trabalho extra-familiar, sobretudo o trabalho escravo, eram mais comuns do que os fogos que se baseavam na força de trabalho familiar. O método *Grade of Membership* também nos permitiu observar que não era apenas o tipo de família, mas também a configuração da força de trabalho do domicílio que caracterizavam o domicílio enquanto unidade de produção econômica. Os domicílios em melhores condições produtivas valiam-se do trabalho escravos. A posse deste tipo de mão de obra que, mesmo que limitada a um ou dois cativos, diferenciava o fogos escravistas daqueles de base econômica familiar.

Por fim, vale sinalizar que o acesso ao casamento e a posse de escravos, aqui vistos como atributos mais importantes na distinção entre os tipos de domicílios apontam para relações dos fogos que ultrapassam o âmbito demográfico econômico explorado neste texto. Pessoas casadas estavam mais sujeitas ao risco de terem filhos, normalmente não formavam fogos unipessoais e ampliavam sua rede social agregando a família do cônjuge, podendo receber auxílio de trabalho familiar, participar de redes de reciprocidade como os mutirões. Já a posse de escravos informa sobre maior capacidade de inserção econômica do domicílio, acena para a possibilidade de substituir a mão-de-obra familiar pela cativa, lembra que a constituição de um fogo pode ser abonada por um dote ou herança (o que traz novamente as relações de parentesco ao jogo) e torna o chefe do fogo um senhor.

Referências Bibliográficas:

BACELLAR, Carlos . *Os senhores da terra: Família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: Centro de Memória/Unicamp, 1997.

- BARICKMAN, B. J. E se a casa-grande não fosse tão grande? Uma freguesia açucareira do recôncavo baiano em 1835. *Afro-Ásia*. Salvador (BA), Edufba, n° 29-30, pp.79-132, 2003a.
- BARICKMAN, B. J. *Um Contraponto Baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. RJ: Civilização Brasileira, 2003b.
- BRUGGER, Sílvia M. *Minas patriarcal: família e sociedade em São João del Rei (século XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007.
- CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. In ARANTES, A. (org.). *Colcha de retalhado: estudos sobre a família no Brasil*. Campinas: Ed.Unicamp, 1994.
- COSTA, Iraci Del Nero da. *Populações mineiras: sobre a estrutura populacional de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX*. São Paulo, IPE-USP, 1981.
- FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FRAGOSO, João L. R. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1998.
- LASLETT, Peter (org). *Household and family in the past time*. Cambridge: University Printing House, 1972.
- LASLETT, Peter. Família e domicílio como grupo de trabalho e grupo de parentesco: comparação entre áreas da Europa Ocidental. In MARCÍLIO, Maria Luiza (org.). *População e sociedade: evolução das sociedades pré-industriais*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- LEBRUN, François. Atitudes diante do amor e do casamento em sociedades tradicionais. In MARCÍLIO, Maria Luiza (org.). *População e sociedade: evolução das sociedades pré-industriais*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- LOPES, Gustavo A. O saco de batatas colonial? Considerações sobre o uso do conceito de campesinato na historiografia do Brasil colônia. *Clio - Revista De Pesquisa Histórica*. n. 29.1 (2011).
- MACHADO, Cacilda . O patriarcalismo possível: relações de poder em uma região do Brasil escravista em que o trabalho familiar era a norma. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 23, p. 167-186, 2006.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2000.
- MATTOS, Hebe M. Mattos de. *Ao Sul da História*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MATTOS, Hebe. *Das Cores do Silêncio*. Os significados da liberdade no Sudeste Escravista – Brasil – século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

METCALF, Alida. A família e sociedade rural paulista: Santana do Parnaíba, 1750-1850. *Estudos Econômicos*. São Paulo:, Nº 20, pp.283-304, mai-ago. 1990.

MITTERAUER, Michael, SIEDER, Reinhard. *The European family: patriarchy to partnership from the middle Ages at the present*. Chicago: The University of Chicago, 1982.

MOTTA, Márcia Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

MOTTA, Márcia Menendes. História social da Agricultura revisitada: um diálogo com Maria Yedda Linhares. In: SILVA, Francisco; MATTOS, Hebe; FRAGOSO, João (orgs.). *Estudos sobre História e Educação – homenagem à Maria Yedda Leite Linhares*. RJ: MAUAD, 2001, pp. 356-357.

SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família: São Paulo, século XIX*. São Paulo: Marco Zero/Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

SAWYER, Diana O.; LEITE, Iúri da C.; GARCIA, Ricardo A. Perfis de utilização de serviços de saúde no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, pp.757-776, 2002.

SHANIN, Teodor. "A Definição de Camponês: Conceituações e Desconceituações. O Velho e o Novo em uma Discussão Marxista". *Estudos Cebrap*, 26, Trabalho e Dominação. Petrópolis, RJ, p. 72-3, 1980.